



TRAMA GOLPISTA

Apoiadores e críticos do ex-presidente trocam insultos enquanto julgamento seguia no Supremo. De madrugada, filhos 02 e 04 participaram de vigília

Sérgio Lima/AFP



Dedo na cara, xingamentos e provocações. Por pouco, militantes anti e pró-Bolsonaro não se estapearam. PM teve de intervir para acalmar

Provocações e ofensas na porta de Bolsonaro

» FERNANDA STRICKLAND
» FABIO GRECCHI

Apoiadores de Jair Bolsonaro e manifestantes contrários se enfrentaram, ontem, diante do condomínio onde mora o ex-presidente, no mesmo momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciava o julgamento dos oito réus por tentativa de golpe de Estado. A confusão começou a partir do momento em que integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Teto (MTST) estenderam faixas e um enorme boneco inflável retratando Bolsonaro com roupa de presidente e de torzeleira eletrônica. Indignados, os bolsonaristas decidiram reagir.

Houve troca de insultos e empurrões, e a Polícia Militar precisou intervir para evitar o confronto físico entre os dois lados. Ninguém foi detido. Segundo o MTST, aconteceram manifestações em várias cidades pedindo a prisão do ex-presidente e, segundo os organizadores, se repetirão hoje — quando a defesa de Bolsonaro apresentará os argumentos à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF).

Preces

Também ontem, mais ainda de madrugada, dois dos filhos de

Carlos Moura/Agência Senado



Senadores bolsonaristas aproveitaram comissão para atacar Moraes

Bolsonaro se juntaram a uma vigília montada por apoiadores em frente ao condomínio. Carlos, vereador no Rio de Janeiro, e Jair Renan, vereador em Balneário Camboriú (SC), oraram junto aos manifestantes e fizeram discursos de apoio ao pai.

O filho 04 viajou da cidade carolinense para isso. “Cheguei hoje (ontem) a Brasília para estar ao lado do meu pai em mais uma etapa desta ilegal e implacável perseguição política. Dar-lhe um abraço é

o mínimo que um filho que ama o pai poderia fazer” disse. Os dois agradeceram o carinho dos apoiadores. “Quero agradecer de coração a cada brasileiro de bem que tem se colocado em oração”, disse Jair Renan.

Carlos, que está em Brasília há alguns dias, disse a jornalistas ter vindo “dar um abraço no pessoal” e agradecer o “carinho gigante” demonstrado pelos apoiadores. “Meu pai faria o mesmo. Você vê esse tipo de comportamento puro pelo

Brasil inteiro. É o sentimento de injustiça que pode estar sendo feita. Deus fará justiça, vamos lá, segue o caminho”, completou.

A vigília reuniu cerca de 20 apoiadores em frente ao condomínio. Ao redor de um carro de som e com bandeiras do Brasil, camisetas da seleção, bandeiras de Israel e cartazes com o rosto de Bolsonaro, eles se ajoelharam em círculo e oraram pela absolvição do ex-presidente.

No Senado, a Comissão de Segurança Pública aproveitou o começo do julgamento dos réus por tentativa de golpe para realizar audiência em que discutiu as acusações que constam no relatório *Arquivos do 8 de Janeiro: por dentro da força-tarefa judicial secreta para prisões em massa*. O trabalho é de autoria da organização norte-americana de extrema-direita Civilization Works.

A sessão serviu para defender Bolsonaro e atacar o ministro Alexandre de Moraes, do STF. Entre os que prestaram depoimento à comissão, estiveram Eduardo Tagliaferro, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral e ex-assessor do magistrado. Vivendo na Itália, ele faz várias acusações a Moraes, que, inclusive, pediu sua extradição. (Com Agência Estado)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Defesas tentam desconstruir denúncia e invalidar delação

No primeiro dia do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus acusados de tentativa de golpe de Estado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entre os quais três generais de exército e um almirante de esquadra, os advogados de defesa dos réus atuaram com objetivo de desconstruir, desqualificar e enfraquecer as acusações do procurador-geral da República, Paulo Gonet. E invalidar a “delação premiada” do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência e peça-chave do inquérito da Polícia Federal (PF) que investigou a tentativa de golpe.

O julgamento de uma tentativa de golpe de Estado envolvendo um ex-presidente da República e oficiais de alta patente das Forças Armadas suscita muitas polêmicas porque não há precedentes e, portanto, jurisprudência sobre um caso como este. Na abertura dos trabalhos da Primeira Turma, Moraes sinalizou que o seu voto como relator será duríssimo: disse que “a impunidade não é opção para a pacificação do Brasil”. Destacou que optar pela omissão significaria permitir a corrosão da democracia, que já ocorreu em outras tentativas de golpe ocorridas no passado.

Sem citar diretamente Donald Trump, que impôs sanções a ministros do STF, Moraes também afirmou que a Corte não se submeterá a pressões externas nem internas, reagindo às tentativas de intimidação. O julgamento ocorre em um ambiente internacional de tensão, por causa da adoção de sanções de Trump contra ministros, em especial Moraes, numa frustrada tentativa de interferir no funcionamento do Judiciário brasileiro. O ministro ressaltou que a “coragem institucional” e a defesa da soberania nacional são marcas do Supremo, que não será afetado por coações estrangeiras.

No resumo técnico da tramitação da ação penal, desde a abertura do inquérito até as alegações finais, Moraes esclareceu que foram ouvidas 149 testemunhas, produzidas provas e analisados documentos que ultrapassam dezenas de terabytes. O relatório não antecipou o voto do ministro, previsto para a próxima semana. Já Paulo Gonet centrou sua manifestação na contestação da tese de que houve apenas “cogitação” de golpe. Chamado de “Punhal Verde e Amarelo”, para o PGR, o plano envolvia monitoramento de Moraes, reuniões com militares e movimentação de armamento.

Gonet frisou que Bolsonaro pressionou comandantes militares e que o então comandante da Marinha, Almir Garnier, teria avaliado a empreitada. A acusação também incorporou episódios de violência: incêndios de veículos, ataque à sede da PF, a bomba no aeroporto em dezembro de 2022 e as convulsões de 8 de janeiro de 2023. Para Gonet, esses eventos serviram como instrumentos de convencimento dos militares, demonstrando que a execução já estava em curso.

Corpo fora

A tese da PGR de que os requisitos legais de “violência” e “grave ameaça”, previstos nos artigos 359-L e 359-M do Código Penal, estariam, assim, plenamente configurada. Ontem à tarde, os advogados dos réus iniciaram as sustentações orais. A defesa de Mauro Cid adotou estratégia dupla: reforçar a credibilidade da investigação e da relatoria de Moraes, para salvar os benefícios do acordo, e, ao mesmo tempo, retratá-lo como mero executor de ordens, no sentido de minimizar sua responsabilidade diante dos fatos. Os advogados exaltaram a PF e defenderam que Cid não tinha poder de decisão política, apenas acesso privilegiado.

O advogado do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) tentou afastá-lo do “núcleo crucial” da trama, lembrando que ele deixou a Abin em março de 2022 para disputar mandato parlamentar. Argumentou que o acirramento golpista se deu após julho daquele ano. O ex-comandante da Marinha foi defendido por Demóstenes Torres, que criticou a denúncia da PGR por falta de individualização. Para ele, a acusação é uma “narrativa globalizante” que não discrimina de forma clara as condutas de cada réu. Garnier, único comandante formalmente acusado de apoiar o golpe, nega adesão à empreitada.

Nos bastidores, os advogados reconhecem que a absolvição é improvável. Trabalham para reduzir as penas a condenações de 12 a 13 anos, contra a possibilidade máxima de 43 anos. Uma das teses é afastar a dupla imputação de “golpe de Estado” e “abolição violenta do Estado Democrático de Direito”. Argumentam que se trata do mesmo ato e não caberia punição em dobro. Outra linha de contestação é processual. Advogados alegam cerceamento de defesa pelo prazo exíguo entre denúncia e julgamento — apenas seis meses —, e pela inclusão de 80 terabytes de documentos sem tempo para análise.

Também acusam Moraes de não levar recursos relevantes ao colegiado, como o agravo contra a prisão domiciliar de Bolsonaro. É um choque de estratégias. De um lado, Moraes e Gonet enquadraram os fatos como execução de um golpe, afastando qualquer relativização. Do outro, as defesas buscaram enfraquecer a denúncia, preservar benefícios de colaboração e reduzir penas. A atmosfera é de tensão máxima, com muita repercussão internacional e agitação no Congresso, onde a oposição intensifica as articulações para aprovar uma anistia antes mesmo do julgamento ser concluído.

Estas são diásporas de um momento histórico, que testará os limites da democracia brasileira.

Lula: “Se é inocente, prove”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar, ontem, que Jair Bolsonaro está sendo julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) com todas as garantias que ele não teve, quando foi preso em Curitiba, pela Operação Lava-Jato. Ao deixar o velório do jornalista Mino Carta, em São Paulo (leia na página 7), frisou que “é só isso o que desejo para mim e para qualquer inimigo meu: apenas o direito à presunção de inocência para que o Brasil fique sabendo da verdade”.

“Se é inocente, prove que é inocente. Prove que não tem nada a ver com isso e está de bom tamanho. O que eu espero é isso: que seja feita a justiça, respeitando o direito da presunção de inocência de quem está sendo julgado”, disse.

Lula comentou, ainda, que não há necessidade de temer sanções dos Estados Unidos por causa do

julgamento de Bolsonaro. Ele reiterou que o “Lula paz e amor” está de volta para negociar com o presidente norte-americano Donald Trump.

“O que está acontecendo nos Estados Unidos é que ele desacreditou de qualquer coisa que tínhamos como conhecimento na história da humanidade: de um governo se meter a julgar o comportamento da Justiça de outro país. Acho que as pessoas precisam aprender a respeitar. Cada um toma conta do seu terreno”, cobrou.

O presidente voltou a criticar Trump, afirmando que ele não foi eleito para ser “imperador do mundo”, comportamento que considerava “inacreditável”. Reforçou, ainda, que as tratativas com os EUA estão sendo conduzidas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, e pelos ministros da Fazenda, Fernando

Haddad, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Segundo Lula, Trump tem direito de estabelecer taxas, mas deve respeitar as regras multilaterais. Ele destacou que o Brasil já recorreu à Organização Mundial de Comércio (OMC) por conta do tarifaço norte-americano e acrescentou que aguarda uma mudança de postura da Casa Branca.

“Sinceramente, espero que, em algum momento, aconteça alguma coisa na cabeça do presidente Trump, e ele perceba: ‘Puxa vida, tem que negociar’. Não só com o Brasil, mas com a China, a Índia, a Venezuela, com todo mundo. Porque o mundo de paz que nós queremos construir depende de nós, não de ninguém. Só depende de nós. E o Brasil faz parte de um continente reconhecido como zona de paz”, observou.



Se é inocente, prove que é inocente. Prove que não tem nada a ver com isso e está de bom tamanho. O que eu espero é isso: que seja feita a justiça, respeitando o direito da presunção de inocência de quem está sendo julgado”

Presidente Lula, sobre o julgamento de Jair Bolsonaro